

IE-00002723-1

ANEXO

A "PEQUENA PRODUÇÃO" MANUFATUREIRA: UMA INTERPRETAÇÃO À LUZ DE UMA NOVA PROBLEMÁTICA DE DESENVOLVIMENTO*

Beatriz Regina Z. de Azevedo**

*"O percurso de uma idéia em um outro universo histórico
e cultural faz dela uma outra idéia"*

*Les idées à leur place
F. H. Cardoso*

Introdução

Este texto sugere uma nova perspectiva de interpretação do funcionamento da pequena produção manufatureira ligada à indústria de couro do Vale do Rio dos Sinos, localizada ao sul do Brasil.

Por **pequena produção**, entende-se a atividade econômica realizada em pequena escala, e cujo traço principal é a participação ativa do proprietário no processo produtivo, o trabalho do patrão não se restringindo, assim, às atividades de gestão.

O estudo da pequena produção inscreve-se, portanto e fundamentalmente, na problemática geral do setor informal¹, bastante específica no que se refere à realidade dos países

* Este artigo expõe algumas idéias contidas na problemática teórica de uma tese em andamento sobre a pequena produção manufatureira na indústria do couro, do Vale do Rio dos Sinos.

** Economista da FEE.

¹ Considerando a especificidade da forma de organização da produção como o traço distintivo do setor informal, a ele corresponderiam as atividades econômicas cuja organização supõe a ausência da distinção capital/trabalho (SOUZA, 1981; CACCIAMALI, 1983).

em desenvolvimento. A importância das atividades informais nessas trajetórias particulares de crescimento parece tornar seu estudo um *locus* privilegiado de investigação das especificidades inerentes à expansão capitalista nesses países e, em especial, porque também permite a leitura de certos mecanismos, mais implícitos que explícitos, mais latentes que manifestos, que sustentam esses modelos de desenvolvimento.

Situando-se, porém, esta análise em um quadro econômico-espacial muito particular, o Vale do Rio dos Sinos, este parece conferir um relevo todo próprio ao estudo da dinâmica de funcionamento dessas atividades. Industrialização de caráter antigo, de uma vitalidade histórica notável e apresentando uma forte ancoragem territorial, a indústria do Vale confere à pequena produção um papel singular em sua vasta rede de relações de interdependência local.

O objeto de estudo assim localizado parece tomar-se, então, mais amplo do que sob a forma pela qual ele é habitualmente examinado. Nesse microcosmo de inter-relações locais de produção, estabelecidas seja entre a fábrica e a pequena produção, seja entre os próprios pequenos produtores, as relações possíveis entre os setores formal e informal parecem ser profundamente redimensionadas pelos aspectos históricos, econômicos e sociais dessa região.

Dessa forma, o objetivo deste texto é apresentar novas fontes possíveis de renovação teórica para o estudo da pequena produção assim localizada, de modo a inserir esses processos históricos e econômico-culturais, cuja especificidade local parece colocar questões precisas.²

Em uma primeira parte, sob uma perspectiva teórica mais ampla, expõem-se os paradigmas de uma nova problemática de desenvolvimento que sugere um novo modo de pensar o desenvolvimento e que fornece, assim, as bases para um revigoramento da análise do setor informal. Relacionadas com esses novos paradigmas, são apresentadas, a seguir, as teorias e noções mais recentes que interrogam as determinações históricas e sócio-culturais na configuração local de fenômenos econômicos. Em uma segunda parte, descrevem-se alguns traços principais da pequena produção no Vale do Rio dos Sinos, de modo a discutir, por último, a utilidade e a validade da aplicação desses novos enfoques para o avanço na compreensão do comportamento da pequena produção local.

A teoria: o processo de desenvolvimento sob uma nova perspectiva

1 - Uma visão endógena: estratégias singulares de industrialização

Uma nova problemática do desenvolvimento resulta da emergência, nas últimas décadas, de novas regiões em desenvolvimento nos países industrializados e de "novos

² Se esta tese se apóia, fundamentalmente, nas reflexões teóricas sobre a dinâmica própria da produção informal na América Latina, e particularmente no Brasil, este texto vai tratar somente de articular alguns elementos para a construção de uma nova problemática teórica para a leitura da pequena produção que leve em conta especificamente a sua lógica local na indústria do couro, no Vale do Rio dos Sinos.

países industriais" no Terceiro Mundo³, fazendo sobressair processos singulares de industrialização, não conformes aos esquemas tradicionais de interpretação (JUDET, 1981; LIPIETZ, 1985; COURLET, JUDET, 1986).

A constatação de uma multiplicidade de situações e formas possíveis de desenvolvimento⁴ leva, então, a recusar velhos conceitos homogeneizantes e a demandar novas metodologias para a análise do processo de desenvolvimento, cujo enfoque passa a privilegiar o recuo histórico e o estudo de casos concretos, espacialmente localizados. Buscam-se, assim, pistas originais de desenvolvimento, porque reveladoras de itinerários peculiares de crescimento.

1.1 - Uma nova leitura de subdesenvolvimento

No que se refere à questão do subdesenvolvimento, enfatiza-se o surgimento de realidades intermediárias à antiga oposição países desenvolvidos *versus* países subdesenvolvidos. Diversidade é a palavra-chave para o entendimento do processo de diferenciação crescente, observado nos países em vias de desenvolvimento. Tais diferenças se traduzem não só nos respectivos níveis alcançados de crescimento, mas principalmente em experiências particulares de industrialização. Dinâmicas específicas de acumulação estariam na base dessa diversidade (COURLET, 1990).

É a singularidade desses dinamismos próprios que vai tornar-se fundamental na explicação de *performance* nacionais distintas, baseadas em estratégias específicas de crescimento a conferir uma fisionomia toda particular ao desenvolvimento de cada país.

Em termos metodológicos, a idéia básica é tentar articular analiticamente a dimensão externa da situação de **subdesenvolvimento** (a inserção dos países em desenvolvimento na divisão internacional do trabalho) às dinâmicas internas postas em marcha nesses países, através da introdução de novos critérios, também qualitativos, para o exame desse desenvolvimento. A intenção é a de evitar que o crescimento dos países em desenvolvimento seja associado a um simples processo de adaptação à economia internacional ou visto como um mero produto de descentralização produtiva de grandes firmas multinacionais, visões estas que perderiam a percepção de construções específicas e de estratégias de industrialização, julgadas irreduzíveis a um modelo único.

Essa nova perspectiva de análise se funda, com efeito, em uma crítica às correntes de pensamento econômico até então dominantes, seja às teorias evolucionistas, seja às teorias do comércio internacional.

Criticam-se os evolucionistas porque ignoram pressões externas e, por isso, sugerem receitas *à la carte* de desenvolvimento. Acreditando em trajetórias-padrão de

³ Cuja lista mais sintética reúne Hong-Kong, Coréia do Sul, Cingapura, Taiwan, Brasil e México.

⁴ Sob uma perspectiva histórica, identifica-se também a existência de vias alternativas de industrialização em relação ao desenvolvimento clássico do capitalismo (PIORE, SABEL, 1984; ZEITLIN, 1985).

crescimento, eles subestimam o peso de fatores exógenos, as relações de dependência e dominação a que estão sujeitos, no plano internacional, os países subdesenvolvidos. O capitalismo perde, dessa forma, suas determinações contraditórias e ganha um *status* de paradigma geral de desenvolvimento. Supostamente universal, o modelo de crescimento dos países industrializados é considerado aplicável a todos os países.⁵

Criticam-se as teorias do comércio internacional porque raciocinam justamente ao inverso. Subestimam os dinamismos internos a cada nação, acreditando que o capitalismo mundial obedece a uma lógica de dominação que limita, ou mesmo impede, o desenvolvimento da periferia. Aí são incluídos, em um aparente paradoxo, os neoclássicos e os dependentistas. Ambos tendo como ponto de partida a economia mundial, teriam como lacuna analítica as especificidades de estratégias internas diversas.

E a crítica, nesse sentido, é a de que, sob a ótica exclusiva das necessidades do capital hegemônico internacional, essas interpretações atribuem aos países em desenvolvimento um papel em grande parte passivo nas relações internacionais e imputam a seus respectivos processos de industrialização uma imagem de mera aparência, enquanto reflexo somente da lógica geral de expansão capitalista.

É na recusa aos dois extremos de análise que se fundamenta uma nova visão do **subdesenvolvimento**. A alternativa teórica proposta em uma dialética original dispõe-se a recompor o fiel da balança, levando em conta a articulação entre as esferas interna e externa. Relativizando-se os fatores de dominação externa, passa-se, então, a enfatizar as dinâmicas internas nacionais, multifacetadas, diferenciadas, em uma nova tentativa de banir o etnocentrismo, do qual se alimentaram historicamente as teorias do desenvolvimento.

Assim é que, de uma visão bipolar — que definia sempre os países em desenvolvimento em oposição aos países desenvolvidos, esvaziando-lhes, desse modo, de suas especificidades e atribuindo-lhes uma passividade crônica —, se resgata seu potencial interno de crescimento a determinar sua energia e sua capacidade de ação no cenário internacional.

Amplia-se também, dessa forma, o campo de análise, privilegiando-se, além do econômico, a combinação interativa de outros elementos — culturais, políticos e sociais —, supostamente exercem uma profunda influência nos processos específicos de acumulação capitalista nas várias formações sociais.

1.2 - Uma nova leitura do setor informal

Essa nova visão, além de sua contribuição para a renovação da problemática mesma do desenvolvimento, através da ênfase posta nos fatores endógenos e diversos de

⁵ Em um quadro geral de interpretação, baseado em uma visão do desenvolvimento enquanto um percurso linear e uniforme a todas as sociedades, o subdesenvolvimento só podia ser concebido como um anacronismo a ser superado pela assimilação progressiva dos países "atrasados" ao capitalismo mundial. E qualquer atraso nessa integração seria função de inaptidões e arcaísmos ligados a problemas crônicos de organização interna dessas sociedades, aliás, também passíveis de serem superados, ao longo do tempo.

performances particulares de industrialização, permite também uma nova leitura do setor informal. Seguindo esses novos critérios de interpretação, a noção de informalidade pode se ampliar em um leque de atividades bem diferenciadas, não mais redutíveis a uma noção exclusiva, e cuja lógica também deve ser buscada nos mecanismos internos e específicos ao funcionamento do setor.

Tal como a noção de subdesenvolvimento foi concebida para designar um desvio em relação à norma seguida pelos países industrializados, levando a uma falsa agregação entre dois mundos — os países ricos e em progresso, de um lado, e os países pobres e estagnantes, de outro —, o conceito de setor informal trouxe consigo igualmente, em sua origem, uma visão dicotômica do funcionamento da economia.⁶ Definido sempre em oposição à dinâmica capitalista, a noção de informalidade mantém-se também como uma negação. Isto porque, sob uma concepção etnocêntrica e hierarquizada de desenvolvimento, fundada em uma imagem mítica da realidade dos países desenvolvidos, o setor informal só podia ser visto como um desvio em relação à expectativa de um processo linear de modernização de países e de setores econômicos.

Uma tal visão estará presente, da mesma forma, na representação prospectiva de evolução do setor. Enquanto o recorte inicial do conceito é carregado de uma forte conotação de exclusão, a noção sendo utilizada principalmente para fazer referência à precariedade de modos de vida e de trabalho, a interpretação do fenômeno desemboca posteriormente em um reducionismo inverso, onde sua expansão só adquire sentido através de uma subordinação exclusiva às necessidades do capital.⁷

Lugar de miséria e de atividades arcaicas, de bloqueios e de exploração, a perspectiva aí subjacente de extinção do setor informal parece coincidir com a representação que se tende a fazer, atualmente, do setor como um ninho de pequenos empresários prósperos que dão provas de imaginação e de energia, logo, caminho certo de passagem para a modernidade do mundo capitalista. Essa representação dessa forma valorizada do setor informal torna, então, a encerrar a noção em uma imagem idílica. Em uma espécie de etnocentrismo às avessas, o setor é visto como a panacéia para a solução dos países em desenvolvimento.

Esses dois pontos de vista extremos, traduzindo visões aparentemente opostas, permanecem, portanto, apoiados sobre uma mesma rigidez metodológica, que impede de encarar o setor enquanto um conjunto de formas de produção, cujo dinamismo provém justamente da singularidade de sua organização. É a ausência de elementos dinâmicos na problemática do setor informal que não concede senão uma margem reduzida às estratégias de atores particulares, que parece ter imposto freqüentemente às análises essa falta de convicção em um dinamismo, ainda que subordinado ao movimento do capital, mas próprio ao setor.

⁶ A oposição entre o **moderno** e o **tradicional** levará, muitas vezes, a um diagnóstico do setor informal baseado em critérios de comportamento econômico — produtividade, organização e formação — freqüentemente estranhos a sua lógica de comportamento (CACCIAMALI, 1983).

⁷ Ver uma interpretação dessas teorias à luz da evolução dos paradigmas econômicos em Azevedo (1992).

O tratamento uniforme a esse vasto conjunto de atividades, assim como a amplitude teórica geralmente concedida ao tema parecem também ter impedido a passagem metodológica para a apreensão da complexidade e da diversidade de situações concretas.

Essas carências todas são ainda mais prejudiciais, sabendo-se que a produção informal não constitui uma categoria de transição nos países em desenvolvimento, mas, ao contrário, um fenômeno estrutural com características singulares. Assim, parece que reflexões engajadas em uma realidade concreta bem podem contribuir para um conhecimento mais fino de questões teóricas relativas a seu funcionamento.

Recusar-se a reduzir o setor informal a uma leitura ideal e única significa, de outro lado, reconciliar as duas perspectivas mencionadas. Pensá-las simultaneamente exige, no entanto, fazer referência a pluralidades de racionalidades no interior do setor, um conjunto heterogêneo de atividades, cujas diversidade e evolução contínuas tornam instável grande parte das hipóteses, elaboradas a um nível mais global. Movimento espontâneo, cuja dinâmica é conseqüência de interações particulares, a definição do caráter do setor informal, seja como amortizador de conjunturas de crise econômica, seja como emergência resultante de oportunidades lucrativas de mercado, depende do perfil particular de cada atividade do setor informal. Se é certo que muitos segmentos do setor constituem um espaço de estratégias de sobrevivência de um excedente de mão-de-obra dos países em desenvolvimento, outros representam um terreno favorável para a exploração de pequenos negócios que se colocam, muitas vezes, como uma alternativa vantajosa em relação ao trabalho assalariado.

Ai estão alguns elementos de reflexão sobre o funcionamento do setor informal que mantém relações estreitas com as características estruturais da economia brasileira. Se não se pode ver, genericamente, no setor informal um caso exemplar de prosperidade, conforme critérios clássicos de avaliação do processo de desenvolvimento, o que parece estar em jogo é o próprio conceito de modernidade nas economias em desenvolvimento.

Se o que se observa na sociedade brasileira é um modelo de desenvolvimento, onde essa modernidade coexiste com formas diferenciadas de gestão técnica e social de produção, o interesse deste trabalho reside justamente na análise dessa modernidade, ao contrário do que poderia supor um estudo sobre o setor informal. A hipótese aqui é que, encontrando-se em pleno seio da modernidade, as formas de organização da produção consideradas, via de regra, tradicionais estão longe de corresponder a estruturas imóveis ou à simples sobrevivência do passado, e menos ainda a atividades residuais ou passivas, com tendência a desaparecerem.

O subdesenvolvimento não sendo mais reduzido a um conteúdo primordial, em função de interpretações prévias, e não correspondendo a critérios objetivos mensuráveis de modo universal, deve buscar seu conteúdo no sistema de significações culturais próprias a cada sociedade. Assim, se a oposição etnocêntrica subdesenvolvimento *versus* desenvolvimento não corresponde à realidade e impede de se visualizarem as sinergias próprias de modalidades específicas de crescimento, uma visão única e em bloco do setor informal impede, da mesma maneira, de se apreender a riqueza de experiências produtivas diversas.

Ora, admitindo que o setor informal é um fenômeno diversificado, supondo diferentes modelos de organização que evoluem diferentemente ao longo de momentos

históricos distintos e conforme realidades culturais muito diferentes, é preciso admitir também a necessidade de dar conta dessa heterogeneidade.

É a partir de uma visão endógena do processo de desenvolvimento, visto como uma trajetória particular, baseada em dinâmicas variadas de crescimento, que se tornará possível interpretar a especificidade e a diversidade que assumem as atividades informais, assim como identificar o lugar e o papel que elas representam na expansão dos países em desenvolvimento. Nesse sentido, o setor informal deverá ser percebido doravante como uma construção social que passa por dinâmicas econômicas singulares, sua representação fazendo-se necessariamente no âmbito de conjunturas e de histórias locais.

Abandonar uma perspectiva mimética na abordagem do setor informal implica então, necessariamente, a contextualização de conceitos em realidades concretas, isto demandando um esforço de localizar conceitos disponíveis em uma realidade de campo capaz de lhes revestir de um senso particular. A rejeição de esquemas etnocêntricos contidos nos modelos econômicos ditos universais é que abre caminho para a formulação de conceitos e de teorias parciais, somente perceptíveis a partir da observação da realidade (BAGNASCO, 1985).

É justamente esse o caminho que seguirá esta pesquisa, onde a interpretação do fenômeno supõe a sua qualificação e a sua localização em contextos enraizados em práticas sociais e históricas. Para essa redefinição do estudo do setor informal, torna-se necessário, entretanto, incorporar alguns dos elementos teóricos contidos nas teorias atuais que examinam a fisionomia local de fatos econômicos em processos particulares de desenvolvimento.

2 - Uma visão localizada: a noção de "desenvolvimento local"

Em diversas áreas das Ciências Sociais, os estudos vêm evocando, cada vez mais freqüentemente, as possibilidades de um desenvolvimento em bases locais. Se, no âmbito da economia, é a obsolescência crescente de um modelo único de referência para explicar os encaminhamentos autônomos e diversos de industrialização que orienta as novas reflexões, por sua vez, é a partir da crítica à sociologia clássica das organizações, restrita aos estudos do funcionamento interno da fábrica, que os sociólogos passam a enfatizar a análise da coerência e da lógica de ação de uma comunidade de trabalho.

2.1 - A noção sociológica de "coletividade local": ator e estrutura

Nas análises sociológicas, surgem as noções de ator e de suas comunidades territoriais de referência.⁸ A comunidade aparece aqui menos como o lugar de uma

⁸ O esforço de contextualizar o trabalho em seu meio ambiente caracteriza as tendências recentes da pesquisa sociológica francesa. Ver uma síntese desses estudos em Denicull (1991).

alienação individual e coletiva do que como um local de vida social, onde se transmite uma prática e se fabrica uma cultura específica a esse meio ambiente. Enfim, como um lugar de compromissos ou de resistências entre lógicas sociais endógenas e determinantes exógenos aculturadores.

E o universo do trabalho surge principalmente como um lugar de ações e interações do que como um lugar de afrontamentos e de antagonismos. Sob esse novo ângulo de análise, os atores recuperam uma certa capacidade autônoma e espontânea de ação⁹ face a seu ambiente de trabalho e de vida, onde se formam e se diferenciam as estratégias recíprocas dos atores (DI MEO, 1991).

O território, trazendo em si mesmo um conjunto de representações comuns, reflexo e expressão das condições sociais e institucionais locais, torna-se, então, um campo privilegiado para o exame de modos de ação coletiva (DENIEUIL, 1991). O fato de um indivíduo pertencer a uma comunidade constitui um ponto de referência para a preservação de sua identidade. O mesmo vale para a empresa, cuja identidade vai se afirmar no ambiente onde ela está inserida, de acordo com a história dessa comunidade e o comportamento dos grupos sociais aí constituídos.

O mérito dessas análises reside no fato de introduzirem processos que afetam a sociedade como um todo em um determinado tecido social particular. Nessa inscrição, esses processos tendem a mudar parcialmente de natureza, a localidade se definindo, assim, como uma manifestação específica de fenômenos globais. Mas a idéia-chave é que a localidade se caracteriza, antes de tudo, como produtora também de uma realidade social: ela é um certo "ser próprio singular", produto das relações entre sua história e sua estruturação sócio-econômica (VERGES, 1983).

Se o primeiro processo pode ser facilmente reparado através de estatísticas que traduzem a *performance* local de categorias relevantes no plano nacional, o reconhecimento de uma especificidade local exige uma explicação histórica das relações estruturais entre a atividade econômica e o funcionamento sócio-político da comunidade.¹⁰

Nessa esfera local, entendida como um conjunto de relações de troca de natureza diversa entre pessoas e organismos ligados a um mesmo território e por uma mesma história, a distinção entre a economia e a política extingue-se, enquanto que a densidade

⁹ Uma crítica à sociologia positiva e marxista é que desperta esse interesse pela figura do ator social, cuja margem de manobra mais ampla representa uma possibilidade de resistência dos excluídos da sociedade: nem a pessoa está reduzida a um papel social (versão funcionalista), nem ela está condenada a ocupar um lugar previamente já determinado pelas relações de produção (versão marxista). Ela pode, bem ao contrário, se servir de suas capacidades e recursos para alargar sua margem de liberdade e sua capacidade de intervenção e participação social (CROZIER, FRIEDBERG, 1977).

¹⁰ Daí porque a necessidade de construir, para cada época, a forma específica de pensar a organização social com suas especificidades regionais e segundo o setor de atividade em questão. Em particular, a organização da produção é pensada por aqueles que a dominam, mas também, e finalmente, pelos próprios trabalhadores em seu conjunto, isto é, como um sistema articulando aspectos técnicos, econômicos e sociais (DOCKES, ROSIER, 1991).

social atinge toda uma nova dimensão que vai além da dominação, antes exclusiva, da lógica de mercado.¹¹

2.2 - A noção econômica de sistema produtivo local: agente econômico e projeto coletivo

Na Europa, uma problemática específica é construída para explicar a nova localização de atividades econômicas, ligada a processos locais de crescimento industrial. A busca de elementos endógenos na determinação desses fenômenos leva, então, a se introduzir a dimensão territorial como uma variável explicativa importante dessas *performances* particulares. Essas mudanças contemporâneas, observadas nos países desenvolvidos, têm sua origem especialmente na crise econômica dos anos 70, que fez aparecer novas dinâmicas industriais, emanadas de algumas de suas regiões de desenvolvimento mais recente.¹²

Essa alteração nas hierarquias espaciais se deve ao fato de novas conjunturas econômicas tornarem economicamente atraentes certos tipos de espaço, antes secundários e subordinados (AYDALOT, 1981). Se isso significa um movimento de descentralização da produção de grandes empresas, também se distingue, no centro desses processos localizados de industrialização, o reagrupamento de pequenas e médias empresas em redes de cooperação horizontal, vindo a caracterizar experiências originais de desenvolvimento local. São a própria evolução tecnológica e as características atuais que apresenta o mercado de consumo (limitado, diversificado e instável) que vêm concedendo novas vantagens competitivas às empresas de pequeno porte, quando organizadas em redes locais de produção (PIORE, SABEL, 1984).¹³

¹¹ "A localidade, lugar de residência, de trabalho, de lazer e de consumo, de vida familiar e social elementar, é o espaço onde se concretizam, para cada indivíduo, as relações sociais de produção e materiais as mais imediatas. Mas a economia não é tudo. O espaço local é também um domínio, onde se forja a sociabilidade (...) estas relações fugitivas entre os seres humanos, com o espaço e com os objetos (...) Em uma escala local, [as formas políticas e ideológicas das relações sociais] se exprimindo de maneira tangível, perceptível para cada um." (DIMEU, 1991, p.273).

¹² Essa mutação espacial afeta radicalmente o antigo paradigma do espaço polarizado e de suas hierarquias regionais. O discurso econômico sobre o espaço renova-se, integrando agora o ambiente do produtor (o território) como variável-chave dos "sucessos" industriais localizados (PECQUEUR, 1989). Essas experiências contradizem também o paradigma da grande indústria: elas mostram que a indústria não pode ser somente o resultado de um processo centrífugo que surge a partir da instalação de grandes complexos de produção, uma vez que essas grandes unidades industriais precisariam também de redes de apoio e de participação em um tecido industrial socialmente constituído (COURLET, JUDET, 1986).

¹³ Em particular, Piore e Sabel associam essa nova geografia econômico-espacial à transição do modelo de produção de massa para o modelo de especialização flexível (fabricação de produtos variados, por meio de equipamentos polivalentes e de operários dotados de muitas qualificações); as novas formas produtivas flexíveis exigindo a concentração de pequenas e médias empresas em redes sociais de produção. Esse modelo pode apresentar também um caráter normativo, quando proposto como uma alternativa para a regeneração econômica dos países desenvolvidos (SENGENBERGER, PYKE, 1991), bem como para o crescimento dos países em desenvolvimento (SABEL, 1986).

Aqui, o ator torna-se também um agente econômico importante — a racionalidade substancial de um sistema econômico é imposta pela ação dos atores (SAGLIO, 1991) —, e o projeto coletivo local assume toda uma nova amplitude no contexto sócio-econômico da comunidade em questão.

O dinamismo de pequenas empresas inseridas em uma "lógica de localidade" é objeto, então, de conceituações diversas. Na Itália, o crescimento econômico notável das regiões da chamada "Terceira Itália", com base em um ajuntamento local de pequenas empresas, dá origem a uma reinterpretação da definição marshalliana de "distrito industrial" (BECCATINI, 1987)¹⁴. Esse crescimento está associado a um processo de industrialização difusa e a uma intensa divisão social de trabalho, levando à formação de uma rede cerrada de interdependência entre as pequenas empresas que fazem uso também de uma multitude de formas e de relações de produção postos à disposição pela sociedade local. Apoiada em raízes sócio-culturais profundas, essa ambiência favorece, dessa forma, uma grande flexibilidade produtiva e social (GARA-FOLI, 1985).

Na França, faz-se uso do conceito de "sistema industrial localizado" (COURLET, 1989) e de "sistema produtivo local" (RAVEYRE, SAGLIO, 1984) para dar conta do crescimento econômico de regiões fortemente apoiadas no funcionamento solidário de pequenas e médias empresas. Se, em geral, nessas interpretações, a ênfase é colocada nas relações que se estabelecem entre as empresas entre si e seu ambiente sócio-econômico, o modelo-padrão de um sistema local, em países desenvolvidos, pressupõe também um modo particular de gestão da inovação tecnológica.¹⁵

De qualquer maneira, é a aglomeração local de pequenas empresas o fator considerado de vital importância nessas análises, tendo em vista que são as trocas com o meio ambiente que permitem a multiplicação dos benefícios do crescimento econômico para todo o tecido industrial¹⁶. A esses benefícios se nomeia "rendimentos coletivos" (SCHMITZ, 1990) ou "efeitos de sinergia" (SAGLIO, 1991). Esses efeitos resultam de potencialidades locais em termos de concentração de competências, de viabilidade de um sistema de repartição do trabalho e de divisão de tarefas e de formas diversas que se apresentam na mobilização da força de trabalho — aprendizes e ajuda familiar —,

¹⁴ Marshall (1906) explicava o fenômeno da concentração de indústrias no século XIX em função de economias externas resultantes dessas aglomerações. Pela expressão "atmosfera industrial", ele designava uma ambiência favorável ao desenvolvimento das empresas nesses distritos industriais em termos de concentração de recursos humanos, de perspectiva de transmissão social de *savoir-faire* e de possibilidade de trocas de informações e de competências. Isso tudo caracterizava uma cultura industrial de inscrição sócio-territorial.

¹⁵ O conceito de *milieu* de inovação ilustra bem a idéia de uma organização social e espacial da inovação, isto é, a inovação como sendo fruto de uma ambiência local favorável (PLANQUE, 1988).

¹⁶ A noção de "tecido industrial" evoca, nesse sentido, continuidade, enraizamento profundo, maturações longas, (...) uma rede ativa que induz e acelera as trocas materiais ou imateriais, necessárias à manutenção e ao crescimento de um conjunto industrial, sob forma de circulação de recursos, de peças, de informações e de competência" (JUDET, 1988, p.22).

assim como na aquisição de instrumentos de trabalho e na reciclagem e reparação dos equipamentos, todos esses elementos definindo uma sorte de "cultura industrial local".¹⁷

As relações econômicas também não são mais analisadas enquanto sinônimo somente de trocas mercantis, na medida em que o ambiente supõe outros tipos de regras determinando as condutas individuais. A recomposição do social como uma instância essencial na determinação dos fatos econômicos de uma localidade se manifesta através da ênfase dada aos profundos laços de solidariedade que se estabelecem entre as empresas e que transcendem a esfera do mercado.¹⁸

A busca de externalidades inerentes a essas aglomerações de pequenas empresas conduz à identificação de estratégias de cooperação que se relacionam a um modo específico de gestão de mercados, que implica uma certa combinação entre concorrência e reciprocidade entre os agentes econômicos (RAVEYRE, SAGLIO, 1984).

A visão clássica do mercado como imperativo geral das trocas é superada pela análise dos procedimentos de disputas e de consensos nessa interação dos atores. Isso remete à estrutura local da comunidade — estrutura familiar, cultural e política —, onde o jogo social, repousando em uma identidade coletiva¹⁹, explicaria uma boa parte do dinamismo econômico de uma região.

Contrariando a busca tradicional de regulações verticais do processo de desenvolvimento, a análise privilegia doravante a identificação de regulações horizontais e territoriais específicas. Isso implica avaliar o impacto de regulações locais, não somente em termos de mecanismos de mercado, mas também em termos de formas de ajustamento sócio-culturais, históricas e institucionais, no quadro de uma coletividade local (COURLET, PECQUEUR, 1991).

Mesmo o sistema local não sendo um fenômeno instantâneo, mas uma construção social, e antes de tudo um resultado de circunstâncias históricas que modelam o espaço e estruturam o campo das relações sociais, adverte-se que políticas locais bem podem revestir-se de um papel importante na definição do futuro dessas comunidades.

¹⁷ Ver, em especial, a análise da questão do "rendimento coletivo" nos países em desenvolvimento em Schmitz (1990).

¹⁸ Saglio (1991) propõe, inclusive, uma abordagem que privilegie a dimensão antropológica da troca, onde, então, a troca econômica seja vista como uma das possibilidades possíveis da categoria mais ampla, que é a troca social: a significação social da troca não deve ser, assim, incorporada como um simples suplemento à análise das transações econômicas, pois, em um bom número de casos, ela constitui, de fato, a própria chave de explicação.

¹⁹ A identidade coletiva pode repousar sobre uma pluralidade de identidades: a nível de região, nacionalidade, etnia, ofício, cultura, técnica; na construção dessa identidade, podem-se encontrar tanto o ramo de atividade, o ofício, o produto fabricado, as técnicas de produção, a localização geográfica e os clientes potenciais quanto o tamanho das empresas, sua estrutura jurídica, as orientações ideológicas de seus dirigentes, bem como uma sorte de combinação desses diferentes critérios (SAGLIO, 1991).

Essa renovação na representação da localidade adquire, então, todo o seu sentido ideológico em um projeto de mobilização em torno de uma política de apoio às comunidades, o que pressupõe a valorização de forças e de recursos locais. O objetivo é o de favorecer as iniciativas comunitárias, através da implementação de estratégias relativas à vida e ao destino da localidade.

A realidade: O Vale do Rio dos Sinos

1 - A pequena produção como objeto de estudo

"De manhã cedo, tomo meu café, ajeito a casa, trabalho no *atelier* até 11:00; almoço, lavo e passo um pouco de roupa 'voando', porque não dá tempo prá fazer depois. Às 5 horas, dou janta pro filho que vai à escola e vou de novo prá costura; às 7:00, dou janta pro marido e volto pro *atelier* até às 10 da noite (...) Domingo, aproveito e faço só o trabalho de casa, mas, se tenho encomenda prá segunda, trabalho todo dia na 'costura, até meia-noite."

Esse depoimento revela bem o cotidiano de uma grande parte de mulheres, costureiras à domicílio, que executam tarefas sob encomenda na indústria do couro do Vale do Rio dos Sinos. Face a uma rotina de trabalho fastidiosa, intermitente e instável, algumas delas gostariam muito de renunciar, uma vez que "(...) **na fábrica, tem horário, férias, a gente trabalha mais calmamente, não tem compromisso, eles pagam mesmo os direitos.**"

Mas a resposta a essa vivência pode ser também bastante diferente, principalmente por aqueles que tiveram um relativo sucesso em seus negócios:

"Meu sonho é aumentar o *atelier*, a empresa. Eu tenho é que comprar novas máquinas, adaptá-las para conseguir oferecer serviços mais especializados, fabricar novos modelos (...). Hoje, eu tenho minha mulher que trabalha comigo, meus filhos e mais dois empregados prá fazer andar o *atelier*. Tenho costume também de dar serviço a outros *ateliers* da região."

Trata-se, aqui, de trabalhadores mais qualificados, proprietários de pequenas empresas muito ativas e bem inseridas na rede complexa de produção local.

Como bem ilustram esses depoimentos de pequenos produtores da região, a indústria do Vale caracteriza-se por uma multiplicidade de experiências produtivas que não podem ser identificadas senão através de um estudo específico. É precisamente isso que este trabalho se propõe a efetuar ao privilegiar a análise desagregada e a descrição qualitativa da pequena produção, em busca das formas de diferenciação e de articulação do setor informal.

2 - A natureza da pequena produção local

A compreensão da dinâmica de comportamento da pequena produção manufatureira da indústria do Vale do Rio dos Sinos²⁰ supõe a análise de um caso concreto de divisão do trabalho que se efetua ao nível da produção local e que leva à criação e à reprodução de modalidades muito particulares de organização produtiva.

Em função das formas assumidas pelo processo de trabalho, cuja especificidade pressupõe a divisibilidade de tarefas, essa indústria se caracteriza, também, por um mosaico de tipos de relações entre as empresas, nas quais a subcontratação de serviços aparece como uma prática comum na região (RUAS, 1985).

Se o recurso assim freqüente ao trabalho autônomo ou de *ateliers* domiciliares faz dessa indústria um terreno de observação propício à análise do funcionamento do setor informal, as pequenas empresas da região, valendo-se, por sua vez, de mecanismos e recursos informais de produção, fazem parte também do universo de investigação desta pesquisa.²¹

Sendo difícil de determinar a natureza da pequena produção mesmo sob o plano teórico, pois ela recobre zonas de nebulosidade, seu conteúdo acaba por tornar-se freqüentemente impreciso no mundo real. Daí ser indispensável uma primeira delimitação operacional do objeto, de modo a melhor demarcar o objeto de estudo.

O traço fundamental que define o pequeno produtor sendo sobre o seu duplo caráter de patrão e empregado, o que implica a posse dos meios de produção e sua participação ativa nas atividades produtivas, é possível especificar imediatamente essa noção em três categorias dominantes na região²².

Em primeiro lugar, os *ateliers* domiciliares de costura, que realizam somente tarefas sob encomenda e cujo pagamento por peça presume a inexistência de vínculos legais com as empresas demandadoras de serviços. No Vale, é um trabalho cumprido, geralmente, por mulheres, de modo precário, intermitente e profundamente imbricado na esfera doméstica. Se alguns desses *ateliers* são registrados oficialmente sob o estatuto de trabalho autônomo, grande parte deles permanece marginal, subterrâneo, escapando, assim, a qualquer forma de regulamentação ou de controle.

Em segundo lugar, as chamadas *microempresas* ou pequenos *ateliers*, onde o trabalho assalariado permanente praticamente não existe, o que indica um trabalho

²⁰ O Vale do Rio dos Sinos é constituído de 24 municípios especializados na produção de calçados e de manufaturas de couro.

²¹ Se a caracterização da pequena produção toca de perto a questão da atividade econômica informal, ela passa também pelo exame do funcionamento da pequena empresa: a realidade do Vale mostrando, particularmente, a profunda imbricação entre os conceitos de produção informal e de pequena empresa. Assim, se as relações de produção na pequena empresa supõem o assalariamento, em muitos casos, o papel igualmente ativo do patrão nas tarefas produtivas identifica um universo produtivo não exatamente conforme às normas de produção estritamente capitalistas.

²² Resultados preliminares da pesquisa de campo, realizada em setembro-outubro do corrente ano. Ver também os resultados de uma primeira pesquisa exploratória em Azevedo (1988).

autônomo, realizado basicamente com a ajuda familiar ou de terceiros (aprendizes ou subcontratados). Enquanto alguns desses *ateliers* executam tarefas por encomenda, muitas dessas microempresas levam a termo pequenas séries de produção independente.

E, finalmente, as **pequenas empresas**, com linhas próprias de fabricação, que contam com um trabalho assalariado permanente, mas também com a ajuda familiar e a subcontratação de serviços. Tal como no caso das demais categorias descritas, o proprietário, ou pelo menos um sócio ou familiares mais próximos (esposa ou filhos), se encontra envolvido na esfera da produção.

Observa-se, portanto, uma forte diferenciação na realidade de posições na organização industrial local, onde o exame das situações diversas faz sobressair dinamismos e eficiência econômica muito variáveis, assim como graus distintos de proteção, regularidade e autonomia na implementação das respectivas atividades. É preciso, ainda, matizar a natureza diversa das relações econômicas por trás da hierarquia local de produção, os próprios pequenos produtores fazendo uso do trabalho a baixo custo de outros *ateliers*, em muitos casos, clandestinos e ilegais.

Parece útil, além disso, diferenciar as formas assumidas pela pequena produção, seja entre os pequenos proprietários independentes e aqueles que trabalham exclusivamente sob encomenda de grandes firmas (e aqui a distinção entre as firmas demandadoras de serviços—exportadoras ou voltadas para o mercado interno — também é importante na determinação do *status* do pequeno produtor), seja entre trabalhadores internos ou externos dessas pequenas empresas, cujo conteúdo das aspirações e das estratégias divergem largamente.

Cabe ainda relacionar essas categorias de trabalhadores ao setor de atividade onde se inserem — fabricação de sapatos ou de manufaturas de couro —, uma vez que as condições de trabalho, qualificação exigida ou equipamentos utilizados são bastante diferentes.

Nessa divisão local de trabalho, se a natureza e tipologia dos pequenos produtores são ligadas às circunstâncias descritas, o fator sexo parece também fundamental para explicar essa diferenciação observada: as mulheres, constituindo a mão-de-obra por excelência dessa indústria, dedicando-se às tarefas menos qualificadas e remuneradas.

São, assim, às experiências específicas desses pequenos produtores que convém se referir antes de se esboçar uma interpretação da dinâmica particular dessas atividades nesse tecido industrial particular.

A teoria e a realidade: uma proposta de estudo

1 - A pequena produção em uma "lógica de localidade"

A partir de breve descrição sintética das principais idéias contidas na problemática teórica do desenvolvimento local, bem como de alguns traços da realidade vivenciada pelo pequeno produtor do Vale do Rio dos Sinos, é possível agora se interrogar sobre os conceitos suscetíveis de enriquecer a análise da dinâmica da pequena produção aí

localizada. A título de esboço de um plano de trabalho, antecipam-se aqui alguns elementos essenciais das contribuições teóricas recentes que parecem manter uma estreita relação com essa dinâmica.

Em primeiro lugar, a ênfase à figura do ator, nessas abordagens, permite evitar o olhar etnocêntrico sob o qual os trabalhadores informais são freqüentemente considerados como parasitas ou como vítimas passivas de um sistema do qual eles não participariam muito. O relevo dado ao dinamismo de comportamento dos trabalhadores torna possível, assim, perceber o setor informal pela maneira segundo a qual se estruturam as relações sociais de produção, das quais os trabalhadores informais fazem parte importante e através das quais se constituem como atores sociais. O fato de esses atores desenvolverem estratégias próprias de ação e reação permite ainda afastar o discurso unificador e redutor de certas análises econômicas que não divisam o setor informal senão pela sua articulação estritamente funcional às formas globais do capital (LATOUCHE, 1991).

A introdução de uma dinâmica territorial na análise parece também pertinente. Além do fato de o caráter da produção informal ser fundamentalmente local, as relações de parentesco e de vizinhança exercendo aí um papel essencial para o seu funcionamento, julga-se, efetivamente, que, no caso da indústria do Vale, as questões relativas à proximidade geográfica, aos hábitos de trabalho, à coletividade local e à tradição familiar são fatores determinantes para a animação da pequena produção nesse meio industrial.

Se a noção de "sistema produtivo local", surgindo como um modelo de interpretação recente,²³ inspirado nas *performances* regionais dos países europeus, parece dificilmente assimilável como um todo à realidade dos países em desenvolvimento, o exemplo do Vale do Rio dos Sinos, cuja evolução econômica apresenta laços importantes de integração produtiva e geográfica (COSTA, 1978), conduz, no entanto, a não negligenciar uma pista de investigação, aquela relacionada à idéia de uma instalação local de indústrias que, dessa forma, podem se multiplicar e agir em rede.

Ora, a dimensão econômica local indica uma bacia industrial importante, caracterizada por um forte mercado de exportação que, se dominado pelas grandes e médias empresas, parece oferecer aos pequenos *ateliers*, mesmo àqueles organizados de forma rudimentar, alguns benefícios resultantes dos efeitos em cadeia de uma certa ambiência local. Na verdade, ainda que o modelo corrente do Vale seja aquele de empresas formais confiando a pequenas unidades de produção certas fases do ciclo produtivo, a dinâmica produtiva local incentiva, freqüentemente, os operários a se estabelecerem por conta própria em pequenos *ateliers* a domicílio (AZEVEDO, 1988), estes trabalhadores encontrando na região aquilo que eles precisam em termos de recursos de base e de equipamentos (PICCININI, 1991).

Enfim, a busca de uma coerência local, exigindo também a observação de instâncias sociais, viabilizará, no quadro deste estudo, uma melhor percepção dos mecanis-

²³ Ver Benko e Lipietz (1992), onde esses modelos são objeto de uma viva polêmica.

mos e regras mais sutis, sob as quais se move a pequena produção. Ora, não se constituindo o setor informal em um setor formal invertido, seu funcionamento supõe fatores outros que não somente aqueles subjugados à lógica de mercado. Trata-se, dessa forma, de examinar outras lógicas inscritas em um sistema de articulação local, onde a participação econômica das mulheres, o trabalho familiar, a cultura local, a história e a tradição industrial parecem adquirir um papel tão importante quanto as determinações mercantis.

2 - Dois eixos de análise: o pequeno produtor e a ambiência local

Com base nessas primeiras reflexões, dois eixos de ampliação e de aprofundamento da pesquisa podem ser assim previamente enunciados.

O primeiro consiste em uma abordagem da organização interna da pequena produção à procura da especificidade da categoria em relação às atividades capitalistas propriamente ditas e mesmo em relação a outras atividades de produção informal. Nesse sentido, o olhar próprio dos atores interessados será colocado em meio à reflexão para dar lugar à compreensão da lógica de seu sistema de práticas econômicas. Afinar o julgamento a partir das representações dos pequenos produtores permitirá dar conta de sua mentalidade, avaliar o conteúdo de suas aspirações, bem como a força e a fraqueza de sua posição enquanto uma categoria particular de trabalhadores.

O segundo eixo interroga mais largamente sobre o lugar e o engajamento desses produtores em um conjunto industrial localizado. Essa contextualização da análise, através do estudo da inserção particular desses atores em seu meio de trabalho, visa identificar a importância e a densidade das relações que a pequena produção mantém com seu ambiente sócio-econômico.

O objetivo dessa dupla abordagem é demonstrar que a sinergia interna e as articulações locais possíveis à pequena produção são elementos importantes do papel ativo que ela desempenha nesse meio industrial. Assim, se o setor informal constitui uma resposta a uma trajetória particular de desenvolvimento, a idéia central que guiará a reflexão a esse respeito é que essa resposta está longe de ser passiva, devendo ser buscada igualmente na dinâmica interna de suas respectivas atividades, em acordo com uma esfera econômica e sócio-cultural determinada.

Na conjunção desses dois aspectos deverá aparecer, então, a lógica de funcionamento da pequena produção em um quadro local de industrialização que suscita, entretanto, interrogações próprias. Apresentando um rico passado industrial e produzindo um tecido de especificidade territorial importante no setor brasileiro de calçados, a indústria do Vale do Rio dos Sinos revela um dinamismo durável que parece encontrar uma explicação em certas particularidades locais, em uma trama constituída tanto por fatores econômicos como por fatores de ordem sócio-cultural. Tudo leva a crer, então, que a pequena produção não pode ser apreendida senão se se efetuar sua leitura em meio a todas essas circunstâncias locais.

Assim, se a origem se trata de uma reinterpretação setorial e particularizada de tendências gerais observadas no comportamento do setor informal, a análise efetuada

no Vale parece exceder o quadro inicial dessa problemática, o ambiente econômico e sócio-cultural explicando também uma boa parte da multiplicação, variação e articulação da pequena produção local. Isso significa que se faz necessário também examinar em que medida as regulações de caráter territorial, em termos sociais, históricos e institucionais, afetam a lógica de seu funcionamento. O uso das noções de "sistema produtivo local" e de "distrito industrial" servirão aqui para apreciar o comportamento e os fluxos que articulam localmente a pequena produção do Vale do Rio dos Sinos.²⁴

À guisa de conclusão: em busca de uma estratégia local de crescimento

Ao inverso do caminho habitualmente adotado, o que se propõe aqui, enfim, é ir além do estudo do setor informal em si mesmo, de forma a encontrar sua inteligibilidade em uma experiência particular de industrialização. O deslocamento do objeto de estudo efetuando-se em benefício de uma análise transversal ao social e ao econômico, colocando em evidência as relações locais, quotidianas e informais, levará à identificação de experiências diversificadas de organização de produção e de seus respectivos limites e dificuldades, bem como do significado de uma estratégia local de crescimento da produção efetuada em pequena escala.

Se a questão do desenvolvimento local supõe a possibilidade de uma intervenção coletiva de uma comunidade sobre ela mesma, de modo a construir antes de tudo os meios de uma solidariedade dirigida aos excluídos (EME, 1990), nisso as experiências de desenvolvimento local dos países desenvolvidos,²⁵ pela identificação de fatores de crescimento, se tornam um referencial necessário para favorecer a mudança de práticas e de representações nos países em desenvolvimento.

Essa mudança deve passar, no entanto, por uma noção de desenvolvimento que admita a diversidade de combinações reguladoras concernente às formas de organização, às estruturas sociais, aos modos de produção, às instituições e às normas. Ainda que certas combinações possam apresentar características dominantes, essas tendências

²⁴ Nessa perspectiva, pode ser particularmente interessante opor a dinâmica da pequena produção do Vale do Rio dos Sinos ao comportamento das pequenas empresas dos distritos industriais italianos. Se as características sócio-econômicas do Vale refletem o contexto das estruturas dos países em desenvolvimento, com todas as suas especificidades (face a uma lógica econômica nacional dominante, as primeiras parecem longe de sugerir a figura de uma economia solidária), alguns efeitos de sua inserção territorial, guardadas todas as proporções, a aproximam da realidade italiana. A pertinência de estabelecer alguns pontos de contato entre essas duas realidades vem então do interesse maior deste estudo, à procura de particularidades do processo de desenvolvimento nos países em desenvolvimento e que podem nutrir, eventualmente, as reflexões sobre as condições de um desenvolvimento local nesses países.

²⁵ Ver uma aplicação da problemática de desenvolvimento local na proposição de estratégias de reestruturação industrial de uma região francesa em Courlet e Sanson (1992).

não exprimem nenhuma lei eminente ou universal. Resposta a tensões sociais ou fonte vital de flexibilidade e de capacidade de adaptação, certas formas de organização da produção podem se constituir também em alternativas diversas e soluções particulares à disposição de um sistema econômico (ALLASINO, 1988).

É nesse sentido que as noções de resistência ou de desvio, associadas geralmente ao comportamento do setor informal, devem ser entendidas. Ao contrário de reações não conformes a uma regra geral, elas constituem realidades sempre contingentes, expressando a variedade, a complexidade e a arbitrariedade das formas de vida social. Assim, se o desenvolvimento é uma forma singular de crescimento, a interpretação dessa singularidade se afirma, antes de tudo, no imaginário e na prática social das sociedades respectivas.

Bibliografia

- ALLASINO, E. (1988). I modelli di regolazione dell'economia come strumenti di analisi dell'economia informale. **Quaderni di Sociologia**, n.11.
- AYDALOT, Ph. (1981). A la recherche de nouveaux dynamismes spatiaux. **Crise et Espace**, Paris: Economica.
- AZEVEDO, Beatriz (1992). **A côté de la théorie: nature et évolution du concept de secteur informel dans la pensée latino-américaine.** (mimeo)
- AZEVEDO, Beatriz (1988). Sem lenço, sem documento: notas sobre o trabalho feminino fabril à domicílio. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.9, n.1, p.126-133.
- BAGNASCO (1985). La costruzione sociale del mercato: strategie di impresa e esperimenti di scala in Italia. **Stato e Mercato**, Bologna, n.13, apr.
- BECCATINI, G. (1987). **Mercato e forze locali: il distretto industriale.** Il Mulino.
- BENKO, G., LIPIETZ, A. (1992). **Les régions qui gagnent: districts et réseaux; les nouveaux paradigmes de la géographie économique.** Paris: PUF.
- CACCIAMALI, M. C. (1983). **Setor informal urbano e formas de participação na produção.** São Paulo: FIPE.
- CARDOSO, F. H. (1984). **Les idées à leur place: le concept de développement en Amérique Latine.** Paris: Editions Métailié.
- COSTA, A. (1978). **A concentração econômica na indústria de calçados do Vale do Rio dos Sinos.** Porto Alegre: IEPE.
- COURLET, C. (1990). **Les industrialisations du Tiers Monde.** Paris: Syros Alternative.
- COURLET, C. (1989). Industrialisation et territoire: les systèmes productifs territorialisés. **Colloque GREPME: les districts industriels et la coopération**, Canada: Trois Rivières, avr.

- COURLET, C., SANSON, G. (1992). **L'industrie dans la Vallée de l'Arve: diagnostic perspectives et stratégies.** SEMVAM.
- COURLET, C., PECQUEUR, B. (1991). Systèmes locaux d'entreprises et externalités: un essai de typologie. *Revue d'Economie Régionale et Urbaine*, n.3/4.
- COURLET, C., JUDET, P. (1986). Industrialisation et développement: la crise des paradigmes. *Tiers Monde*, Paris, n.107, juil./sept.
- CROZIER, M., FRIEDBERG, E. (1977). **L'acteur et le système.** Paris: Seuil.
- DENIEUL, P. N. (1991). L'entreprise comme culture: recherches socio-anthropologiques des années 80. *Cahiers Internationaux de Sociologie*. Paris, v.90.
- DOCKES, P., ROSIER, B. (1991). Histoire 'raisonnée' et économie historique. *Revue Economique*, Paris, v.42, n.2, mars.
- DI MEO, G. (1991). La genèse du territoire local: complexité dialectique et espace-temps. *Annales de Géographie*. Armand Colin, n.559, mai/juin.
- EME, B. (1990). Développement local et pratiques d'insertion. *Economie et Humanisme*, n.315, oct./déc.
- GARAFOLI, G. (1985). Industrialisation diffuse et petite entreprise: le modèle italien des années 1970. *Cahiers I.R.E.P./Développement*, Grenoble, n.9.
- JUDET, P. (1988). Industrialisation et tissu industriel. *Cahiers I.R.E.P./Développement*, Grenoble, n.9.
- JUDET, P. (1981). **Les nouveaux pays industriels.** Paris: Les Éditions Ouvrières.
- LATOUCHE, S. (1991). **La planète des naufrages: essai sur l'après-développement.** Paris: La Découverte.
- LIPIETZ, A. (1985). **Mirages et miracles: problèmes de l'industrialisation dans le Tiers Monde.** Paris: La Découverte.
- MARSHALL, A. (1906). **Principes d'économie politique.** Paris: Giard et Bière. (Traduction française des Principes of Economics, 1898)
- PECQUEUR, B. (1989). **Le développement local: mode ou modèle?** Paris: Syros Alternative.
- PICCININI, V. (1991). **L'industrie de la chaussure brésilienne face aux mutations internationales: stratégies et politique du personnel des entreprises de la Vallée du Rio dos Sinos.** Grenoble. (Tese de doutorado)
- PIORE, M., SABEL, C. (1984). **Les chemins de la prospérité: de la production de masse à spécialisation flexible.** Paris: Hachette.
- PLANQUE, B. (1988). La PME innovatrice: quel est le rôle du milieu local? *Revue Internationale PME*, v.1, n.2, déc.

- RAVEYRE, M. F., SAGLIO, J. (1984). Les systèmes industriel localisés: éléments pour une analyse sociologique des ensembles de PME industriels. **Sociologie du Travail**, v.26, n.2.
- RUAS, R. (1985). **Efeitos da modernização sobre o processo de trabalho**: condições objetivas de controle na indústria de calçados. Porto Alegre: FEE.
- SABEL, C. (1986). Industrializzazione del Terzo Mondo e nuovi modelli produttivi. **Stato e Mercato**, Bologna, n.17, ago.
- SAGLIO, J. (1991). Conception de l'entreprise, choix de l'entrepreneur et changement social: considérations pour une théorie de sociologie économique. **Troisièmes Séminaires de Mars**, Grenoble: Université des Sciences Sociales, fév.
- SCHMITZ, H. (1990). Petites entreprises et spécialisation souple dans les pays en développement. **Travail et Société**, Genève, v.15, n.3.
- SENGENBERGER, W., PYKE, F. (1991). Les districts industriels et la régénération de l'économie locale: thèmes de recherche et d'action. **Travail et Société**, Genève, v.6, n.1.
- SOUZA, P. R. (1981). Empregos e rendas na 'pequena produção' urbana no Brasil. **Estudos Econômicos**, São Paulo: USP/IPE, v.11, n.1, p.57-82, mar.
- VERGES, P. (1983). Approche des classes sociales dans l'analyse localisé. **Sociologie du Travail**, v.25, n.2.
- ZEITLIN, J. (1985). Les voies multiples de l'industrialisation. **Le Mouvement Social**, Paris, n.133.

Abstract

This study suggests a new perspective for the understanding of the dynamics of the small manufacturing production connected to the leather industry in the Valley of the Sinos River, in Rio Grande do Sul. That industrialization presents strong territorial bonds, giving an important role to small production, with a large network of local interdependence relationships. This paper's objective is to present new sources for the theoretical renewal of the study of such localized small-scale production. In the first part the paradigms of a new framework for the understanding of development are described. Then, in relationship with those paradigms, are presented more recent theories and notions that interact with historical and socio-cultural determinations in the configuration of local economic phenomena. In the second part some of the main characteristics of small-scale production in the valley are described, in order to question the validity and utility of those new approaches for an improved understanding of that local small-scale production.